



# FÓRUM PERMANENTE DE MULHERES NEGRAS

**AVALIAÇÃO DOS 30 ANOS DO I ENCONTRO  
NACIONAL DE MULHERES NEGRAS**

**RELATORIA  
14 e 15 / 03 / 2018  
13º Fórum Social Mundial**

# FÓRUM PERMANENTE DE MULHERES NEGRAS

AVALIAÇÃO DOS 30 ANOS DO I ENCONTRO  
NACIONAL DE MULHERES NEGRAS



Créditos das fotos: Lisandra Pedreira

**13º FÓRUM  
SOCIAL  
MUNDIAL**

**14 E 15 / 03  
2018**

**SALVADOR  
BAHIA-BRASIL**

Realizado pela Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras e demais entidades nacionais, que compõem o Comitê Mulheres Negras Rumo ao Planeta 50-50 em 2030.

# SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>03</b>
<b>Programação .....</b>	<b>04</b>
<b>Panel I .....</b>	<b>06</b>
<b>Painel II .....</b>	<b>19</b>
<b>Plenária .....</b>	<b>29</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>31</b>

# INTRODUÇÃO

O Fórum Permanente de Mulheres Negras: Avaliação dos 30 anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras foi realizado nos dias 14 e 15 de março de 2018, no âmbito do 13º Fórum Social Mundial 2018, nas instalações da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão da Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, situada na Avenida Adhemar de Barros, 986 – Ondina, Salvador, Bahia, Brasil.

1. O ***Fórum Permanente de Mulheres Negras: Avaliação dos 30 anos do Encontro Nacional de Mulheres Negras*** foi realizado sob a coordenação da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB e apoio do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030. Esse Comitê é integrado por entidades nacionais organizadoras da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver (Brasília, 2015), a saber: Agentes da Pastoral Negra (APNs), Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN), Movimento Negro Unificado (MNU), Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas (ANNJF) e entidades negras do Grupo de Assesores da Sociedade Civil Brasil da ONU Mulheres.

A atividade contou com o apoio da ONU Mulheres Brasil, da Embaixada do Reino dos Países Baixos, Fundação Ford e Heinrich Böll Stiftung.

Cerca de 450 mulheres ativistas locais, nacionais e internacionais de integrantes do movimento de mulheres negras debateram, por dois dias, importantes questões relacionadas à agenda de direitos de posicionamento político do Movimento Nacional e Latino-Americano de Mulheres Negras. Entre elas, a Deputada Federal Benedita da Silva (PT-RJ).

O Seminário foi composto de dois painéis e uma plenária final.

Painel 1: ***“Avaliação dos 30 anos de organização do movimento contemporâneo de mulheres negras: Do I Encontro Nacional de Mulheres Negras à Marcha de 2015”***, com as participações de: *Katia Melo Silva* – Pedagoga, ativista e Mediadora do Painel; *Graça Santos* – Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal e Entorno; *Lúcia Dutra* – Grupo Mãe Andressa; *Benilda Brito* - Coletivo de Mulheres Negras Nzinga; *Wânia Sant’Anna* – Pesquisadora, Feminista, IROHIN; *Ieda Leal* – Movimento Negro Unificado; e *Benedita da Silva* – Deputada Federal PT/RJ.

Painel 2 – ***“Conjuntura Política de Mulheres Negras no Brasil, América-Latina e Caribe”***, com as participações de: *Dulce Maria Pereira* – Pesquisadora, Arquiteta, Ativista e Mediadora do Painel; *Heliana Hemetério* – Movimento de Mulheres Negras, Rede Nacional de Lésbicas Negras e Bissexuais – Candaces e ABGLT; *Mônica Oliveira* – Fórum de Mulheres Negras de Pernambuco; *Vicenta Camusso* – Coordenadora do Cone Sul da Rede de Mulheres Afro Latino-Americana e Afro-Caribenha; *Zaylin Leydi Powell* - doutoranda do Programa Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento; *Paola Yañez*, coordenadora da Sub-região Andina da Rede de Mulheres Afro-Americanas Afro-Caribenhas; *Ana Paula Rosário* – Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas; *Eunice Borges* – ONU Mulheres Brasil; e; *Creuza Oliveira* – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD.

Plenária Final: Coordenada pelas representantes das entidades que compõem o Comitê de Mulheres Negras Rumo ao Planeta 50-50 em 2030.

O **Fórum Permanente de Mulheres Negra: Avaliação dos 30 anos do Encontro Nacional de Mulheres Negras** constituiu-se em momento especial de avaliação da trajetória de organização das mulheres negras brasileiras nessas últimas três décadas. Os relatos e memória das ações de preparação do 1º Encontro Nacional de Mulheres Negras incluíram desde as estratégias de articulação política àquela época às suas metodologias. Uma avaliação de percurso e trajetória, que sem deixar de apontar embates e avanços, culmina com a realização da **Marcha das Mulheres Negras – Contra o Racismo, a violência e pelo Bem Viver – 2015**, com a participação de mais de 50 mil mulheres negras de todo o país, em Brasília, no dia 18 de novembro de 2015.

Nesses 30 anos, as mulheres negras brasileiras protagonizaram a tarefa de dar visibilidade à sua agenda de direitos, atuaram firmemente para a criação de organizações de mulheres negras, e qualificaram o embate/debate político-ideológico sobre o racismo e o sexismo que imperam na sociedade brasileira. As mulheres negras brasileiras protagonizaram avanços no plano organizativo, no plano das políticas públicas e marcaram a trajetória política de desmonte do “mito da democracia racial”. As mulheres negras brasileiras travaram à luta e a crítica contra o capital, as relações de classe, e todas as formas de opressão, propondo uma sociedade com base na dignidade humana, no desenvolvimento humano, social e equitativo. Ou seja, as mulheres negras tem reivindicado o estabelecimento de um novo Pacto Civilizatório para o Brasil. “Se fomos vitoriosas?...” Os debates apontaram que, parcialmente, sim, mas que ainda tem-se muito a percorrer.

O debate também proporcionou a análise de conjuntura sobre o acirramento do racismo, aprofundamento das desigualdades, empobrecimento da população negra, concentração de riquezas, feminicídio de mulheres negras, assassinato de jovens negros, encarceramento da população negra, crescente encarceramento das mulheres negras em todo o país, precarização do trabalho, apropriação dos bens produzidos por todas e todos pelo capital transnacional. Um quadro substancialmente agravado nos últimos 03 (três) anos.

As mulheres negras no Brasil são 55,6 milhões, chefiam 41,1% das famílias negras e recebem, em média, 58,2% da renda das mulheres brancas. Os dados são do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, estudo feito com base em séries históricas de 1995 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE.

O presente relatório registra, ainda que de forma sucinta, as exposições e análises elaboradas nos painéis já citados, além das resoluções e encaminhamentos de sua plenária final. No que diz respeito a essa última sessão, registra-se, desde já, a decisão, por aclamação, de realizar o **Encontro Nacional de Mulheres Negras: 30 anos**, em Goiânia (GO), em dezembro de ano, 2018. Essa decisão, como os depoimentos podem validar se insere no desafio contemporâneo continuado de articulação e mobilização política das mulheres negras brasileiras em defesa dos seus direitos e combate ao racismo, discriminação racial e sexismo presentes na sociedade brasileira

# PROGRAMAÇÃO

**Dia 14/03/2018, 9h00 às 13h00**

**Painel 1** - Avaliação dos 30 anos de organização do movimento de mulheres negras contemporâneo: Do I Encontro Nacional de Mulheres Negras à Marcha de 2015.

**Fórum Permanente de Mulheres Negras:  
Avaliação dos 30 anos do I Encontro Nacional  
de Mulheres Negras - Fórum Social Mundial**

**Dia 14/03/2018, 9h às 13h** Local: Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA)  
Avenida Adhemar de Barros, 986 – Ondina, Salvador - Bahia.

**ABERTURA: MULHERES DE ALAGADOS**  
Painel 1 - Avaliação dos 30 anos de organização do movimento de mulheres negras contemporâneo: Do I Encontro Nacional de Mulheres Negras à Marcha de 2015

 <p><b>Mediadora: Kátia de Melo</b> pedagoga</p>	 <p><b>Benedita da Silva</b> Deputada Federal</p>	 <p><b>Benilda Brito</b> N'Zinga Coletivo de Mulheres Negras de BH</p>	 <p><b>Lúcia Dutra</b> – Grupo Mãe Andresa São Luiz do Maranhão</p>
	 <p><b>Iêda Leal</b> Coordenadora Nacional do MNU</p>	 <p><b>Wânia Sant'Anna</b> historiadora e feminista negra do Irohìn</p>	 <p><b>Graça Santos</b> – Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal e Entorno</p>

**Abertura:** Coral das Mulheres de Alagados

**Mediadora:** Kátia Melo Silva – pedagoga, ativista e membro Coordenação do II Encontro Nacional de Mulheres Negras

## **Painelistas:**

1. Graça Santos – Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal e Entorno;
2. Lúcia Dutra – Grupo Mãe Andresa;
3. Benilda Brito – N'Zinga Coletivo de Mulheres Negras;
4. Wânia Sant'Anna – historiadora e feminista negra, Irohìn;
5. Iêda Leal – Movimento Negro Unificado;
6. Benedita da Silva – Deputada Federal (PT-RJ).

**Dia 15/03/2018, 9h00 às 12h00**

**Painel 2** – Conjuntura Política de Mulheres Negras no Brasil, América Latina e Caribe

## Fórum Permanente de Mulheres Negras: Avaliação dos 30 anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras - Fórum Social Mundial

Dia 15/03/2018, 9h às 12h

Local: Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA)  
Avenida Adhemar de Barros, 986 – Ondina, Salvador - Bahia.

### Painel 2 – Conjuntura Política de Mulheres Negras no Brasil, América Latina e Caribe



Mediadora:  
**Dulce Maria Pereira**  
feminista,  
ambientalista,  
ativista do  
movimento negro



**Heliana Hemetério**  
Movimento de Mulheres Negras e  
Rede Nacional de Lésbicas Negras  
e Bissexuais, Candaces e ABGLT



**Mônica Oliveira**  
Rede de Mulheres  
Negras de Pernambuco



**Ana Paula Rosário**  
Articulação Nacional de Negras  
Jovens Feministas



**Clátia Vieira**  
Fórum Nacional de  
Mulheres Negras



**Zaylin Castro**  
Doutoranda do Programa  
Multi-institucional e Multidisciplinar  
em Difusão do Conhecimento



**Vicenta Camusso**  
Rede de Mulheres  
Afrodescendentes  
do Cone Sul



**Paola Yañez**  
Coordenadora da Sub-região Andina  
da Rede de Mulheres Afroamericanas,  
Afro-caribenhas e da Diáspora



**Eunice Borges**  
Assessora de Programas  
do ONU Mulheres Brasil

### Mediadora:

Dulce Maria Pereira – feminista, ambientalista, ativista do movimento negro

### Painelistas:

1. Heliana Hemetério – Movimento de Mulheres Negras e Rede Nacional de Lésbicas Negras e Bissexuais, Candaces e ABGLT;
2. Mônica Oliveira – Rede de Mulheres Negras de Pernambuco;
3. Ana Paula Rosário – Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas;
4. Clátia Vieira – Fórum Nacional de Mulheres Negras;
5. Zaylin Leydi Powell Castro – doutoranda do Programa Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento da UFBA;
6. Vicenta Camusso – Coordenadora da Sub-Região do Cone Sul da Rede de Mulheres Afro-latina e Afrocaribenhas - do Cone Sul;
7. Paola Yañez – Coordenadora da Sub-região Andina da Rede de Mulheres Afrolatinoamericanas, Afrocaribenhas e da Diáspora;
8. Eunice Borges – ONU Mulheres;
9. Creuza Oliveira – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD.

### Plenária Final: Rumo ao Encontro Nacional de Mulheres Negras

#### Plenária: Rumo ao Encontro Nacional de Mulheres Negras

Coordenação:



**Nilza Iracy**  
AMNB/GELEDES



**Regina Adami**  
AMNB / Irohñ



**Creuza Oliveira**  
Fenatrad



**Ivana Leal**  
MNU



**Ana Mumbuca**  
Conaq

### Coordenação:

1. Nilza Iracy – Articulação Nacional de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras AMNB/Geledes;

2. Regina Adami – Articulação Nacional de Ongs de Mulheres Negras Brasileiras AMNB/Irohìn;
3. Creuza Oliveira – Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas FENATRAD;
4. Ivana Leal – Movimento Negro Unificado – MNU;
5. Jéssica Ipólito – Articulação Nacional de Jovens Negras Feministas – ANJNF;
6. Ana Mumbuca –Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas CONAQ;
7. Clatia Vieira – Fórum Nacional de Mulheres Negras – FNMN;

# ABERTURA

**Dia 14/03 às 09h00**

Na abertura do Fórum Permanente de Mulheres Negras: Avaliação dos 30 anos do Encontro Nacional de Mulheres Negras, Regina Adami, que deu as boas-vindas as participantes e destacou 2018 como um ano emblemático por encerrar datas relevantes



para as relações raciais no país. “São 130 anos da abolição da escravatura, 30 anos dos protestos negros, 30 anos do I Encontro de Mulheres Negras, 30 anos dos Encontros de Negros/as Regionais, 30 anos do Tribunal Winnie Mandela, 30 anos da Promulgação da Constituição Brasileira, etc... Vários marcos que nos impõem uma avaliação e projeção de como caminhamos e como vamos caminhar, nós, que fazemos parte do grupo mais excluído neste país e na atual conjuntura, mais atingido pelo retrocesso e perda de direitos”, declarou.

O Consul do Reino Unido dos Países Baixos, Egbert Bloemsmá, disse que a igualdade de direitos para as mulheres é uma das seis prioridades da política holandesa de Direitos Humanos e que o Fórum Permanente reflete os valores do atual governo holandês.

Informou que a Embaixada apoia, anualmente, projetos relacionados aos Direitos Humanos, focando principalmente os eixos: Liberdade de expressão - defensores de Direitos Humanos; Igualdade de direitos para LGBTI; Liberdade religiosa; Estado de direitos, atuando no combate à impunidade; Igualdade de direitos para as mulheres. Em parceria com a ONU Mulheres Brasil, a Embaixada apoiou a realização do Fórum Permanente de Mulheres Negras em Salvador, no âmbito da 13ª edição do Fórum Social Mundial 2018.

As Sras. Renata Rossi e Andreia Conceição, Coordenadora e Diretora Administrativo e Financeira da Coordenadoria de Desenvolvimento Agrário – CDA, deram as boas-vindas ao Fórum Permanente de Mulheres Negras.

## PAINEL 1

### Avaliação dos 30 anos de organização do movimento contemporâneo de mulheres negras: do I Encontro Nacional de Mulheres Negras à Marcha de 2015



#### Importância de 1988 para a luta

Mediadora do painel, a pedagoga e ativista **Kátia Melo** falou da relevância de revisitar 1988, ano de realização do I Encontro de Mulheres Negras em Valença, Rio de Janeiro. Era um período importante politicamente, principalmente para o movimento negro, que vivia a efervescência dos 100 anos da abolição e afirmava: *se nada mudou, vamos mudar*. “Na verdade, o I Encontro se refere a um ato de ousadia, sabedoria e da possibilidade de

apontar um caminho novo para a questão civilizatória no Brasil. As mulheres negras entendiam que precisavam se colocar, enquanto organização, apontando e mexendo naquela ferida que os brasileiros, de alguma maneira, queriam jogar para debaixo do tapete. Era um racismo velado, que se colocava como que para sustentar o mito da 'democracia racial', como se não vivêssemos uma desigualdade e exclusão tamanha", completou.



---

## Precedentes do movimento de Mulheres Negras

Para **Graça Santos**, da Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal e Entorno, o I Encontro, tal qual outras conquistas do movimento de mulheres negras, resultou de séculos de luta. Ela destacou a organização das trabalhadoras domésticas da Frente Negra

Brasileira como pioneira em pautas reivindicadas já na década de 30, lembrando a 'Convenção do Negro e a Constituinte', realizada em 1986, em Brasília, como espaço onde o movimento negro encaminhou demandas significativas. "Conseguimos incorporar dois pontos fundamentais à Constituição do Brasil: o entendimento do racismo como crime inafiançável, e a garantia do título de propriedade de terra aos remanescentes de quilombos", contou. À época, o documento entregue à deputada constituinte, Benedita da Silva, também tinha cláusulas relativas à mulher negra, segundo Graça, que disse ser fundamental revisar o passado para encaminhar as ações futuras.



## Autonomia e estrutura do movimento vêm do I Encontro

A reverência aos orixás e a todas as forças de religiões de matriz africana vieram na fala de **Lúcia Dutra**, do grupo Mãe Andreza, do Maranhão. Para ela, a organização e luta das mulheres negras vem da força dos ancestrais, responsáveis por todo o processo de luta e organização do segmento. Lúcia chamou a atenção para a resistência do matriarcado africano em vários períodos da escravidão negra na América, e para a trajetória histórica de luta das mulheres negras contra a escravidão, na organização dos quilombolas, nas revoltas e outros levantes. Entre outras guerreiras, homenageou Dandara, Tereza Benguela, Luiza Mahin e, do Maranhão, Ana Sílvia Cantanhede, Lúcia Regina, Marta Andrade, Jovanira da Luz, Además Galvão, Andreza Janina, Raimundinha Araújo, Sílvia Leite, Cátia Barros, Lúcia Gato, mulheres negras do campo, da cidade, das organizações e quilombolas.



Lúcia Dutra afirmou que a autonomia e estrutura política do movimento de mulheres negras brasileiras nasceu, de fato, com a realização do I Encontro em 1988, em Valença, Rio de Janeiro, sob o tema ‘A mulher negra e a sua organização’. Entre os objetivos propostos à época, destacou: denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras tinham em relação ao seu futuro; fazer emergirem as diversas formas locais de luta e autodeterminação face às formas de discriminação existentes. Já o II Encontro de Mulheres Negras, em 1991, em Salvador, discorreu sobre o tema ‘Mulher negra, organização, estratégia e perspectiva’. Tinha como objetivos a organização, estratégia e perspectiva da mulher negra, visando a construção de um projeto político nacional que desse resposta à questão da mulher negra no Brasil.

Entre as estratégias de luta na década de 1990, Lúcia destacou os direitos sexuais e reprodutivos; a análise de conjuntura do início da década de 1990, na vigência do governo Collor, marcado por perda de direitos e problemas políticos, sociais e econômicos que atingiam, majoritariamente, a população negra. Segundo disse, a pauta do II Encontro foi significativa no que se refere ao histórico e avaliação do movimento de mulheres negras, na discussão sobre mulher negra e poder, na abordagem do extermínio de crianças e adolescentes negros.

Outra questão importante, de acordo com Lúcia Dutra, é que o movimento de mulheres negras, como entidade, surge da intercessão entre o racismo dentro do movimento de mulheres brancas, e o machismo dentro do movimento negro. “É nesse processo que surge o Grupo Mãe Andreza em 1986, em São Luiz do Maranhão, mas o indicativo de organização das entidades de mulheres negras nos estados saiu do VI Encontro de Negros do Norte-Nordeste, em Aracaju, em 1985”, contou. Além disso, ela falou sobre a relevância da Rede de Mulheres Negras do Nordeste na atualidade, no processo de articulação e organização do movimento, destacando o ‘Julho das Pretas’, quando os estados cumprem uma agenda alusiva ao 25 de Julho, Dia da Mulher Negra, Latino-americana e Afro-caribenha.

Lucia Gato - MA cantou uma música de autoria de Lucia Dutra e fez uma homenagem a todas as mulheres negras.

## Resiliência – nós não silenciemos durante todos esses anos

“É muita resiliência”, afirmou **Benilda Brito**, do N’Zinga Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte, MG, ao avaliar os 30 anos do I Encontro como um intervalo de tempo em que pouco ou quase nada se avançou e as denúncias e pautas permaneceram as mesmas. “Mas isso só serve para fortalecer nossa necessidade de organização”, declarou. Ela resumiu o embate dentro do movimento negro pela realização do I Encontro de Mulheres

Negras com uma fala de Wânia Sant’Anna de 1988: “acusadas de olhar o próprio umbigo, as mulheres negras responderam que esta é uma boa maneira de começar a trabalhar o próprio corpo e suas entranhas. E quem sabe, fazer surgir daí uma novíssima sociedade, sem discriminação de espécie alguma”.



“Historicamente, nós, mulheres negras, sempre estivemos em movimento, em lugares de denúncias, propostas e embates; em lugares extremamente políticos, seja nas irmandades, terreiros, universidades ou nos espaços políticos”, explicou. Benilda contou que além do lugar de liderança de algumas mulheres nos anos 70 e 80, algumas organizações mistas do movimento negro criaram departamentos específicos de mulheres em suas estruturas. O TEN (Teatro Experimental do Negro) criou

em 1950, o Conselho Nacional de Mulheres Negras, sob a direção de Maria Nascimento, editora da coluna ‘Escreve Mulher’, no jornal Quilombo, de Abdias do Nascimento. O Movimento Negro Unificado (MNU), também formou grupos de mulheres em diferentes estados desde o início dos anos 1980.

A panelista citou o texto *“Lesbiandade Negra em debate: as falas das ativistas negras brasileiras”* (Cláudia Pons-2013), para trazer uma afirmação de Luiza Bairros em 1986: ‘o controle político do MNU está completamente nas mãos das mulheres’. “Mas Luiza vai dizer mais”, sentencia. “Ela vai dizer que o movimento de mulheres negras surge - para além dos grupos específicos - da necessidade de dar expressão a diferentes formas de experiência do ser negro. Surge da necessidade da expressão da nossa vivência, através do gênero, e de ser mulher, vivida através da raça”, declara. “Isso torna supérfluas as discussões a respeito de quais seriam as prioridades da luta das mulheres negras. Segundo Luiza, esse debate não interessava, porque a prioridade nasce da vivência de ser mulher e ser negra, já que as duas dimensões não podem ser separadas, do ponto de vista da reflexão e da ação política”, completou.

Em seguida, Benilda resgatou o cenário de 1988, lembrando que aquele foi o ano do centenário da abolição, de repressão policial, de campanhas contra a esterilização em massa de mulheres e contra o extermínio da juventude negra. Destacou a atuação importante do Ceap (Centro de Estudos e Assessoria Pedagógica), com a campanha ‘*Não mate nossas crianças*’, jargão usado pelo movimento em protesto ao assassinato dos meninos da Candelária. Naquele ano, de acordo com Benilda, a Constituição introduziu a criminalização do racismo e o direito às terras quilombolas, o MNU completou 10 anos e saiu nas ruas com a campanha ‘*A princesa esqueceu de assinar nossa carteira*

*trabalho*. “Alguma coincidência com o momento atual, com a reforma da previdência???” comparou.

Ainda contextualizando 1988, Benilda destacou que, naquele ano, a igreja católica lançou a campanha da fraternidade com o tema “A fraternidade e o negro”, sob o lema “Ouvi o clamor deste povo”, e utilizando a teoria do padre Jorge Boran: “Ver, julgar, agir, rever, celebrar”. A metodologia propunha à igreja ver a realidade do negro no Brasil na época da escravidão e hoje (1988); ver a palavra de deus no antigo e novo testamento e a palavra da igreja; e julgar os critérios evangélicos vistos por uma ação transformadora para assim buscar o agir. “Só que a igreja não cumpriu sua penitência”, criticou a painelista.

Naquele cenário, de acordo com Benilda, se destacam ainda a crítica ao imaginário social, as representações midiáticas sobre a sexualidade da mulher negra (“lembram de Tiririca dizendo: essa bicha é fedorenta, fede de lascar, fede mais do que gambá?”), a maior vulnerabilidade das mulheres negras, o exercício da sexualidade. Em meio a tudo isso, o movimento, em diálogo com as indígenas, critica a política de controle populacional, afirmando que o projeto recaía mais sobre as mulheres negras.

Em um salto de três décadas, Benilda chega ao contexto de 2018, analisando a incidência das Nações Unidas na questão racial, a partir da Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2024, e dizendo que a proposta não vem à toa. “Essa proposta da ONU, do 50-50, que estamos discutindo agora, está mais do que nunca relevante nesse cenário. Já não são mais 100 anos de abolição. Agora, são 130 e a gente também não avançou quase nada”, afirmou.

Caracterizando 2018 como farto em datas marcantes para o movimento, Benilda destacou os 80 anos do voto feminino e disse que desde a Constituição de 1891, a Primeira República já cogitava o voto feminino. “Veja como os passos são lentos”, criticou, recorrendo à professora Tânia Navarro, da Universidade de Brasília, para ilustrar a resistência à participação das mulheres na política: *‘os legisladores alegaram que a natureza das mulheres não as habilitava à vida pública. Para eles, as mulheres tinham como destino biológico a domesticidade e a submissão. Assim, o voto feminino era uma aberração e ia contra a natureza, mas isso só era uma desculpa. Na realidade, tinham medo de perder o controle sobre elas. Dar os direitos políticos implicaria abrir as comportas às reivindicações femininas’*.

Este ano, falou ainda, se celebra os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, um marco vinculado à reflexão de Benilda para lembrar que o movimento também discutiu a pauta racial com a ONU em Durban, África do Sul, em 2001. “São 40 anos do MNU, 30 anos da Constituição Federal de 1988, e a gente vê os direitos quilombolas ameaçados o tempo inteiro, a banalização do racismo enquanto crime inafiançável, imprescritível. Então, a gente vai ver que esse avanço não aconteceu”, afirma.

O ano de 2018 marca também os 30 anos do Tribunal Winnie Mandela, uma espécie de júri simulado, formado por expoentes da sociedade civil para julgar e condenar a discriminação contra as mulheres negras e afirmar, há 30 anos, que o Brasil é um país extremamente racista, violento, sexista. O júri foi realizado a partir de uma articulação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que criou o Programa da Mulher Negra, em parceria com a Comissão das Mulheres Negras e a OAB. Naquele ano do centenário da abolição, Lélia Gonzalez integrava o Conselho sob a coordenação de Suely Carneiro.

Esse ano, a igreja católica traz, de novo, uma campanha da fraternidade com o tema “Fraternidade e superação da violência”, tendo como lema “Em Cristo somos todos irmãos”. A CNBB soltou nota, afirmando que a motivação para a escolha do tema são os altos índices de violência do Brasil e o extermínio da juventude negra, que tem índices maiores do que países em guerra.

“Ou seja, nós não silenciemos durante todos esses anos. Se as políticas públicas não vieram para reverter esse quadro de desigualdades, violência, machismo, racismo e sexismo, não foi porque nós, mulheres negras, não estávamos denunciando”, declarou, destacando ações das três décadas de militância: I Encontro Nacional de Mulheres Negras em 88; II Encontro Nacional de Mulheres Negras em 91; I Seminário das Mulheres Negras em Atibaia em 93; Seminário Nacional dos Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras em 94; II Encontro Nacional de Mulheres Negras em Salvador; Reunião Nacional de Mulheres Negras em Campinas, 97; Terceiro Encontro Nacional de Mulheres Negras em BH, em 2001; Primeiro Encontro de Jovens Negras Feministas e Marcha Nacional em 2015; II Encontro Nacional de Jovens Negras esse ano, sem esquecer a participação das mulheres negras em outras grandes discussões raciais como o I Encontro Nacional de Entidades Negras e a Marcha Zumbi dos Palmares 1995.

Por fim, Benilda Brito elencou 10 desafios ao enfrentamento da atual conjuntura após 30 anos de mobilização negra: 1º) deixar explícito que trouxemos nossa pauta para a legitimidade; 2º) pensar, no campo da comunicação, em como neutralizar o uso das nossas falas para deturpar nossas pautas. 3º) cautela com os ativistas conservadores. Para isso, vão funcionar nossas incidências políticas; 4º) atentar para uma tendência forte do campo religioso heterogêneo, para a dicotomia religião versus direitos das mulheres; 5º) atentar para a crise do cuidado, porque as crises sociais induzem ao individualismo e a ação vem em função do medo social, inibindo a capacidade de articulação coletiva; 6º) organizar urgente a proposta de articulação regional da AMNB; 7º) incidir nas eleições de 2018, com candidaturas negras fortes e sob o velho jargão ‘repolitizar a política, redemocratizar a democracia’; 8º) investir nas jovens negras feministas; 9º) incentivar as pesquisas acadêmicas. Pesquisa sem recorte racial, não vale; e 10º) organizar o encontro nacional das mulheres negras para este ano.

Parafraseando Fátima Oliveira, médica e militante do movimento negro falecida em 2017, Benilda encerrou sua fala dizendo: “o nosso país precisa passar por uma faxina moral”.



### **Não temos compromisso com coisas para dar errado**

“Não havia movimento de mulheres autônomas em 1980. Não chegamos ao I Encontro Nacional por acaso. Nos organizamos e o fizemos fruto do embate, sobretudo, com o movimento feminista. Elas não nos queriam, intuo que ainda não querem, mas dissemos: vão ter que nos aturar!...”. A declaração é de **Wânia Sant’Anna**, do Irohìn. Para ela, a questão fundamental trazida pelas negras organizadas para a realidade da sociedade brasileira e, especialmente para as mulheres, foi a necessidade de inclusão do debate sobre as relações raciais e sobre o segmento. “Dissemos: sem nós, não tem conversa”.

Wânia Sant'Anna resgatou o episódio do 'ônibus do Rio em Bertioga', para ilustrar as circunstâncias em que se deu a organização do I Encontro Nacional. A painelistra contou que um grupo de 23 ativistas do Rio de Janeiro, na maioria negras e do Centro de Mulheres de Favelas e Periferias, não puderam participar do III Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, realizado em 1985, na cidade paulista de Bertioga, porque discordavam dos valores cobrados para participar desse encontro feminista.

"Esse foi o fato, mas nós sabemos que, ideologicamente, o grande problema que já vinha desde Lima (Peru), dois anos antes, no segundo encontro Feminista Latino-americano e do Caribe, é que havia, e ainda há uma resistência extraordinária do movimento de mulheres e do feminista para enfrentar a temática do racismo, da discriminação racial e das mulheres negras, na sequência. Não reconheciam o racismo, não queriam discutir discriminação racial e, portanto, como decorrência, como falar desse sujeito, que se queria político, mulher negra?...", sentenciou.

Segundo Wânia, o episódio de Bertioga foi determinante para o rompimento com o movimento de mulheres e feministas brasileiras àquela época. "Foi isso que nos levou a, contundentemente, arrebentar a bolha que eram esses movimentos no Brasil", afirmou. "Sou feminista desde 1981. Particpei do coletivo feminista mais radical do Rio, aquele inegavelmente composto por mulheres da elite. Sei como isso era por dentro, e todas nós sabíamos que era assim", declarou a painelistra, reafirmando que Bertioga levou as mulheres negras a adotarem uma mudança nas relações com o movimento de mulheres e movimento feminista. Esse episódio forçou a organização do VIII Encontro Nacional Feminista, a ser realizado no Rio de Janeiro, em 1986, a se rediscutir. "No Rio, tivemos o entendimento político de que o Centro de Mulheres de Favelas e Periferia tinha que fazer parte da organização do oitavo encontro e foi ali que plantamos a semente de tratamento do que gerou o embate", explicou.

Para Wânia, as negras são o único grupo de mulheres no Brasil que reconhecem o país como racista. "As brancas não acreditam que haja uma coisa chamada discriminação. Nesse momento, precisamos agregar a reflexão sobre qual movimento de mulheres estamos tratando. Na verdade, não dá para dizer que vou à luta, tenho conquistas, tenho visibilidade e ter alguém vindo de carona nessa história ou, mais desafortunadamente, constatar que nada avançou, por exemplo, em relação aos nossos direitos reprodutivos", afirmou a painelistra, para quem não houve avanços porque a agenda é comandada pelo movimento feminista de mulheres brancas.

Wânia Sant'Anna destacou dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras no oitavo Encontro Feminista, em 1986, afirmando que a incidência dentro desse movimento não foi uma tarefa fácil. "E é isso que nos levou, organizadamente, a participar do nono encontro de feministas, a ter aqueles quatro históricos dias à beira da piscina, chorando, mas determinadas", lembrou. Ela destacou entraves operacionais para viabilizar a participação das negras, dizendo que não se contava com as facilidades atuais, por exemplo, no campo da comunicação, ao ponto de um fax somente ser lido dois ou mais dias após ser enviado à entidade. "Não é como hoje que se resolve tudo no 'zap' e você tem que responder imediatamente", explicou.

"Éramos poucas, companheiras, cúmplices. Tínhamos opinião, mas chegávamos juntas. E, uma vez acordado, não voltávamos atrás", contou a painelistra, assegurando que foi justamente a coesão que favoreceu a realização do primeiro encontro. "Não teve traiagem, teve compromisso. Homem não entra, mulher branca não entra. Fizemos da melhor forma

queríamos um encontro inclusivo”, disse ainda. “Torcemos juntas para dar certo e deu”, continuou Wânia, para quem o sucesso do encontro se deveu ao intuito de demonstração de força ao movimento de mulheres, o feminista e o movimento negro.

Ressaltou três questões que considera relevantes no processo. Primeiro, a metodologia própria, as dinâmicas, que trabalhavam o corpo, a sexualidade, a religiosidade e o divino. “Isso foi fundamental”, disse. Segundo, o afastamento da ideia de que as negras eram manipuladas politicamente; que elas não teriam autonomia de pensamento em relação ao partido, porque uma vez pobres estariam sujeitas a iniciativas clientelistas, não feministas. “Esse era o debate à época, que deve ser revisitado hoje, porque aproximação político-partidária se faz por necessidade e não por ideologia de combate à discriminação racial e ao racismo”, declarou.

Por último, Wânia Sant’Anna falou sobre questões financeiras, lembrou que a comissão executiva proporcionou uma participação confortável e agradável para as mulheres negras, que podiam ou não fazer parte de organizações, contanto que passassem por algum processo de discussão no seu estado. “Se ela era de um partido político e estava interessada no encontro, nós a queríamos, porque estávamos num período de conscientização”, explicou, afirmando que as organizadoras tiveram autonomia financeira graças às contribuições dos estados “porque não queríamos repetir Bertioga. O encontro era aberto, mas era de corresponsabilidade e isso foi exemplar”, afirmou e lembrou o ônibus fretado para socorrer 19 maranhenses, cuja ida para o encontro foi interrompida na cidade de Picos do Piauí. “Venham, que a gente paga. Foi o que dissemos”, contou.

Para Wânia, é preciso ter a consciência de que as comissões executiva e organizadora são necessárias por questões políticas, mas é compromisso de cada uma cuidar para que o evento, a atividade, tenha seus objetivos alcançados. “Se não for assim, não venha...”, afirmou.

Wânia concluiu sua fala, homenageando as integrantes da Comissão Executiva do I Encontro de Mulheres Negras. “Preciso ler os nomes, porque duas delas já se foram, a Malu e a Zezé, do Rio de Janeiro, e uma outra há muitos anos tem problemas de saúde resultante desses processos de abandono que fazemos conosco”, afirmou. As outras, disse, são Wânia Sant’Anna, Sandra Helena Torres Belo, Jurema Gomes, Hildésia Alves Medeiros, Helena Maria de Souza, Maria Lúcia de Carvalho, a Malu, Maria José Lopes da Silva, a Zezé, Neli Adelaide Gonçalves, Maria Helena Fuzer, Neusa das Dores Pereira, Agnes Consula Joseph Rodrigues, Jurema dos Santos Batista, Judith dos Santos Rosário e Joselina da Silva.



## Resgate da memória do movimento de mulheres negras

**Iêda Leal** apresentou o texto conclusivo do I Encontro de Mulheres Negras, intitulado '*Por um Feminismo Afro-latino-Americano – Lélia Gonzalez*'. Ela destacou o cuidado de Graça Santos, do Maranhão, que trouxe os documentos daquela atividade e ressaltou a importância do resgate da memória do movimento. “Precisamos cuidar disso”, afirmou Iêda Leal, que é coordenadora Nacional do MNU, secretária de Combate ao Racismo da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) de Goiás.

A painelistas falou sobre a mobilização das goianas para o I Encontro, destacando a ansiedade que viveram para garantir a participação relevante do estado. “Lembro que fizemos camisetas, saímos pedindo às pessoas para financiarem nossa ida e tivemos um apoio muito grande das domésticas de Goiás”, afirmou, lembrando que as feijoadas feitas para arrecadar fundos eram animadas pelo samba dos filhos da presidente da entidade das trabalhadoras domésticas, que se aproximaram do movimento negro para ajudá-las nesse propósito.

leda lembrou o incentivo de Lélia Gonzalez e Luiza Bairros para que elas fossem para a atividade no Rio, destacando a importância de se honrar a ancestralidade e afirmando a presença espiritual de várias delas no Fórum. “Vejo que Luiza, Lélia, Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, todas elas estão aqui. Comecei a ver um monte de gente e não estou tendo visões. Somos nós e somos elas e a gente precisa honrar essas mulheres”, afirmou. “Sabemos o que precisamos fazer. É do nosso umbigo, sim, que vão sair as propostas e coisas desse país. Isso já ficou provado em 2015, quando colocamos 100 mil mulheres em Brasília.

leda falou sobre a satisfação de estar coordenando o Movimento Negro Unificado - MNU, que completa 40 anos, tendo 70% de mulheres na direção. Convocou a todas para apoiá-la nessa missão, destacando as situações de conflito e enfrentamento à frente da organização. “Luiza dizia: ‘só venha se estiver preparada’. Eu estou preparada e acho que vocês também. Portanto, não vamos, de jeito algum, disfarçar o que a gente pensa e sente. Temos que dizer para eles: ‘podem vir conosco, mas reconheçam e respeitem nosso talento e potencial’”, disse, afirmando a necessidade de maior incidência da mulher negra nos espaços de poder. “Precisamos fazer mais Beneditas, mais vereadoras, mais prefeitas, a moça que cuida da associação de bairro e do centro acadêmico. Precisamos estar em todos os lugares”, completou.

De acordo com leda, a atual conjuntura, após o golpe de 2016, coloca um grande desafio nas mãos das mulheres, que estão sendo as mais prejudicadas pelas medidas do atual governo. “A gente sabe que a corda vai arrebentar aonde está arrebentando agora, porque criaram uma situação para nós sermos as beneficiárias do bolsa família e do bolsa-escola, recebemos a escritura da casa. Tudo isso, em cima da gente e agora, para pagar as contas querem cortar em cima da gente, porque querem cortar todas essas políticas, alegando que é privilégio. Não é privilégio. Temos que nos organizar e lutar”, afirmou.

A estética e o comportamento das jovens negras, segundo leda, tem contribuído fortemente para dar visibilidade ao deslocamento social e ideológico das mulheres negras em todo o país. “Os nossos passos sempre vieram de longe. Nós não estamos inventando absolutamente nada”, declarou, destacando que a identidade visual e ideológica da juventude tem dado maior visibilidade às mulheres negras. “Essas meninas encrespadas arrasam em todos os lugares e nós vamos atrás da pisada delas porque elas estão ótimas. Estão em todos os lugares, na universidade, mas também nos supermercados. Nós vamos pipocar. E aí, esse país que é racista, homofóbica, vai se manifestar e dizer: ‘o que é que tá acontecendo?... Elas não estão mais nas nossas cozinhas?’”.

Na opinião de leda, o machismo, o sexismo e, principalmente o racismo, continuam exigindo uma postura militante das mulheres. “Temos que continuar lutando e colocando o dedo no nariz de quem não nos respeita: é neste elevador que eu vou subir, você que suba no outro”, disse. Em seu entendimento, nesse momento, as mulheres negras precisam

focar a reorganização, o respeito, a cumplicidade, “olhar no olho da amiga, da outra mulher negra e sentir que ela vai puxar porque uma sobe e puxa a outra. Nós temos que puxar”, declarou.

Ela também falou sobre as diferenças nos caminhos, nas trajetórias das mulheres negras, afirmando que essas diferenças são exatamente o que fortalece a unidade do movimento. “Temos que nos manter unidas, nos fortalecer e a nossa juventude. Precisamos continuar denunciando os que querem matar nossa juventude. Temos que amparar e dizer para esses meninos e meninas que estamos unidas e fortes. As mais velhas têm que cuidar dos mais novos e eles de nós”, completou. Iêda encerrou sua participação na mesa entregando bandeiras dos 40 anos do MNU a lideranças como a deputada Benedita da Silva, Isabel Clavelin, da ONU Mulheres Brasil, Concita Cantanhede, do Centro de Cultura Negra do Maranhão, Ana Paula Rosário, da Articulação de Negras Jovens, e Terezinha Barros, primeira Secretária da Mulher em Lauro de Freitas, Bahia.

---

### **Kátia Melo: debate deve ser colocado em prática**

“Esse está sendo um dia maravilhoso”, destacou a mediadora do painel, Kátia Melo. Ela disse que o momento era de emoção, mas também de muita riqueza porque o debate do Fórum Permanente era privilegiado e, por isso mesmo, deve ser colocado em prática como mola propulsora de ações importantes e imponentes no sentido de avançar nas lutas.



Kátia falou sobre o II Encontro de Mulheres Negras como desdobramento do primeiro, só que realizado em um ano de eleições, período que, segundo disse, às vezes ajuda na discussão, mas também pode gerar entraves. Kátia lembrou que à época, o lema era o reconhecimento, a autonomia da mulher negra de estar onde ela quisesse, inclusive no que se referia aos partidos políticos. “A gente tem que ter a identidade no sentido de ver o que é que nos une”, afirmou. De acordo com Kátia, a questão racial se sobrepunha a outras como a partidária, à época, porque o momento era de afirmação das lutas do movimento de mulheres negras.

Kátia avaliou que os direitos garantidos nos últimos 12 anos, através de políticas públicas de governos mais à esquerda, estão na eminência de vir abaixo. Ela disse que apesar das críticas (as mulheres negras eram tachadas de ‘bando de mulher doida’), já naquele momento elas apontavam, como se fôssemos um farol, para as mudanças que vislumbravam para a sociedade como um todo.

## Benedita da Silva: Quero falar da mulher negra da favela

Com uma potente interpretação da música *'Minha Missão'*, de João Nogueira e Paulo César Pinheiro, a deputada Federal Benedita da Silva proporcionou um dos momentos mais emocionantes do Fórum Permanente de Mulheres Negras. Ela soltou o vozeirão e disse que “a gente canta, chora, mas cada uma, segundo a sua concepção e sua religiosidade, está cheia de energia e de uma força espiritual que nos guia e guiou nesses 30 anos de desafios não só de raça, mas também de classe e de gênero”.

“Quero dizer a vocês o que foram esses 30 anos para algumas de nós. Não temos ainda um terço da nossa batalha de vida vencida, mas cada uma na sua trincheira de luta sabe o que passou, o que representou esse período. Quero falar da mulher negra da favela, da lata d’água na cabeça, que vê o seu jovem morrendo todo dia na mão da polícia, que vê o seu filho perecendo na mão das drogas, que se vê sem perspectiva, mas está batalhando no seu dia a dia para realizar o seu sonho, para ver o seu neguinho, a sua neguinha com saúde, estudando, compondo, fazendo o que ela/ele quer fazer da sua vida”, declarou Benedita, afirmando que escolheu as mulheres da favela por ser uma delas e que elas ajudaram a construir este momento.



Benedita disse que saiu da favela, mas acompanhou os desafios de raça, classe e gênero nos últimos 30 anos e que, por isso mesmo, entendia quando Wânia Sant’Anna dava ênfase ao esforço das mulheres negras para ocuparem seu lugar de fala dentro do movimento de

mulheres. “Nós precisamos mesmo ‘quebrar pau’. Tivemos que dizer: não queremos, de forma alguma, ser representadas. Não que as outras não estivessem numa luta feminista, mas na divisão étnica e de classe, nós, mulheres da favela e negras, não éramos reconhecidas”, detalhou e disse: lá (em Bertioga) estava um contingente de mulheres negras sobre as quais elas diziam: ‘nem intelectuais elas são?’. Éramos dona Maria, dona Benedita, dona não sei quem, que tínhamos ainda de conquistar nosso lugar de fala para não só sermos compreendidas, mas inseridas”, declarou.

Benedita resgatou o Centro carioca de Mulheres de Favelas e Periferia, que teve papel importante nos últimos 30 anos, lembrando situações como a da Vila Mimosa, quando se reuniram sob forte vigilância da polícia. “Mas era preciso garantir o lugar de fala daquelas mulheres, fossem católicas, evangélicas ou de terreiro, porque através da sua fé, do que elas faziam para ganhar o pão de cada dia, elas deveriam se organizar para fazer o enfrentamento que fizeram”, continuou.

Sobre o atual estágio da luta das mulheres negras, Benedita acredita que uma longa e bem-sucedida caminhada já foi vencida, mas que o momento beira retrocessos. Lembrou a Comissão Parlamentar de Inquérito instalada durante a constituinte para investigar o extermínio de crianças e disse que o momento foi importante particularmente para ela. “Foi ali que percebi que há muitas outras mulheres negras se organizando de diferentes formas. Um dia, tenho certeza, nos encontraremos, com vida, para festejarmos juntas, porque viemos em navios diferentes, mas temos que resgatar essa forma de luta, esses movimentos que acompanhamos. Eu tive meu choro particular, um choro de mulher negra da favela, que não era reconhecida como militante, mas nossas lutas são as mesmas”, disse.

Benedita declarou que, igual às outras participantes do Fórum, ela também enfrentou grandes e polêmicos debates nesses trinta anos, seja no partido político por ser evangélica, seja na igreja por ser do partido. “Então, ao invés de pegar o primeiro mandato da negritude da cidade do Rio de Janeiro e fazer de um limão uma limonada, ficavam questionando porque eu vinha do movimento de favelas e não do movimento de mulheres negras”, lamentou, reforçando que as diferenças fortalecem o movimento. “Cada uma, sem perder a sua identidade, se torna um grande coletivo”, disse, afirmando que a grande conquista nos últimos 30 anos foi a consolidação da identidade de luta das mulheres negras.

A deputada lembrou que as mulheres negras são a maioria da população brasileira e que, por isso mesmo, não podem recuar diante das perdas de direitos na atual conjuntura. “A gente grita ‘fora Temer’ e o Temer fica. ‘Não vai haver impeachment’ e o impeachment foi, aconteceu. O país está sendo vendido, as terras dos quilombolas estão sendo vendidas, nós temos a ver com isso. Estão fechando os terreiros, temos a ver com isso. Estão vendendo terras de brasileiros para estrangeiros, temos a ver com isso. Nós, mulheres negras, temos a ver com isso, porque estamos defendendo o nosso torrão nacional, porque é dessa terra que nascem as nossas crenças, a nossa organização, os nossos desejos e a nossa vontade”, declarou.

Para Benedita, a luta pela democracia é um ponto de convergência na organização das mulheres negras. “Temos que defender o direito do outro como se fosse nosso. Essa é a nossa tarefa nesse momento”, declarou a parlamentar, afirmando que o movimento tem que atuar no sentido de evitar retrocessos. Fez uma analogia com o trabalho das mulheres na constituinte, quando ocuparam o Congresso Nacional, dormindo no chão e permanecendo lá noites e mais noites para garantir os direitos de todas as trabalhadoras domésticas. “Aí me chega uma reforma que diz que você tem que ter um trabalho intermitente, e que a dona, o dono da casa grande, não vai mais te dar a sua jornada de trabalho, não vai mais te dar os seus direitos, pelos quais tanto lutamos? ”, protestou, dizendo: Eu não quero voltar para o tronco e sei que nenhuma de nós quer. Então, vamos para a luta, resgatar tudo que estão tirando de nós porque aqui tem uma força e não podemos nos calar diante das injustiças que estão acontecendo nesse país.

Benedita informou que completou 76 anos no dia 11 de março e precisava, junto com as companheiras de luta, resgatar não só o meu histórico, mas de todas as mães pretas do país. “Quero ter o direito de envelhecer saudável, de olhar para a juventude e dizer: temos energia suficiente, podemos, sim. Mas se necessário for, aos 76 anos, ainda posso fazer até uma guerrilha, estar firme e forte para defender aquilo que acreditamos”, declarou, recorrendo à bíblia para dizer que a crença é inútil sem ação. “A fé sem a obra é morta. Se você tem fé, tem obra e ela não é feita por nenhum extraterrestre. É feita pelas nossas mãos, as mãos que construíram esse país, as mãos das mães que amamentaram essa nação, que perderam e continuam perdendo seus filhos, as mães que não têm o direito sequer de serem tratadas igual às outras numa sentença por diferenças de classe e raça”, declarou.

“Sou mulher negra. Muitas vezes, me castraram e me impediram de ir, mas eu não vou pactuar com isso. Vou gritar, soltar minha voz e me fazer livre para continuar a ser mulher negra”, concluiu Benedita da Silva.



**Dia 15/03/2018.**

Abertura com a cantora Michaela Harrison, que fez uma homenagem a Marielle Franco.

A programação foi alterada e transferida para a tarde, em função do brutal assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, **MARIELE FRANCO**, na noite de quarta-feira (14/03/2018), episódio que causou grande comoção nacional, em especial, as mulheres negras, e uma série de manifestações de repúdio no Fórum Social Mundial.

## **PAINEL 2**

### **Conjuntura política de mulheres negras no Brasil, América Latina e Caribe**



“Nosso trabalho consolida a trajetória dos diálogos que veem sendo construídos, planejados, pela transformação de estruturas e para promover mudanças em nos

cotidiano, nos estados, cidades, nações. Mas, sobretudo, para que sejamos capazes de construir articulações, redes, ações comuns, que nos tornem sujeitos políticos capazes de conduzir processos pelo nosso bem viver e dos nossos povos”. Essa foi a introdução da feminista, ambientalista e ativista do movimento negro, **Dulce Maria Pereira**, mediadora do painel ‘Conjuntura Política de Mulheres Negras no Brasil, América Latina e Caribe’, no Fórum Permanente de Mulheres Negras, quinta-feira, 15.

Dulce chamou a atenção para a forma como a vereadora Marielle Franco foi assassinada; de como, todos os dias, companheiras e companheiros são eliminados; e disse que a manifestação perversa do capitalismo, do neoliberalismo, desmantelando as frágeis democracias e possibilidades de participação construídas coletivamente, são reflexões fundamentais para que se consiga pensar as democracias, a articulação das mulheres negras, assim como as formas políticas de construção de intervenções no Brasil, na América Latina e no Caribe. “Apesar de tudo, não podemos deixar de cumprir as nossas metas”, continuou.

---

## Orientação sexual deve ser pautada

**Heliana Hemetério**, do Movimento de Mulheres Negras, da Rede Nacional de Lésbicas Negras e Bissexuais, Candaces e ABGLT, falou que estava feliz com a presença de jovens negras lésbicas no Fórum Permanente, afirmando que sua militância de mais de 20 anos, em defesa dos direitos das mulheres negras lésbicas, finalmente teve ressonância. “Quando iniciei minha trajetória no movimento de mulheres negras, encontrei várias lésbicas negras que não traziam esta pauta para as discussões raciais. O silêncio a respeito da orientação sexual permaneceu por muito tempo entre nós”, afirmou Hemetério.



Heliana explicou que o fato da orientação sexual, a bissexualidade, a lesbianidade, a identidade de gênero não serem colocadas como pauta política era o que mais a incomodava. “No entanto, nós, lésbicas negras, sempre estivemos no espaço do ativismo do movimento negro. Somos diferentes pela nossa orientação sexual, mas somos mulheres negras”, afirmou e disse: “Não podemos mais ignorar a presença das lésbicas neste ou em qualquer outro espaço”.

Os aspectos psicológico e emocional da opressão de raça e da orientação sexual foram destacados por Hemetério, que falou sobre danos provocados pela negação das identidades das pessoas. “Vivemos ainda numa sociedade em que mulheres querem ser homens porque não aguentam mais a opressão; negros querem ser brancos porque não suportam o peso do racismo; homossexuais querem ser heterossexuais para não andarem de mãos dadas no meio da rua. E aí, cria-se elementos psicológicos, emocionais, muito sérios que é a negação da sua própria existência”, explicou.

## A democracia do Brasil não chegou para nós

Para **Mônica Oliveira**, da Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, a análise de conjuntura tem que considerar o contexto do golpe de 2016, marcado pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Ela convidou todas a refletirem o contexto atual a partir do lugar que ocupam na sociedade brasileira, considerando que a população negra, mulheres negras em especial, nunca foram contempladas pela democracia que hoje se diz impedida e sequestrada pelo golpe.



“Ainda somos as que estão fora do modelo de democracia do Brasil; dos espaços desse modelo que chamamos de arquitetura da participação política. Nunca vivenciamos plenamente uma democracia e essa democracia está sequestrada, a gente está vivendo situações de repressão gravíssimas. Jovens ativistas das redes sociais estão tendo suas páginas bloqueadas, sendo perseguidas, as universidades, especialmente as de maioria negra, como a UFRB, estão sendo atacadas permanentemente”, denunciou.

Mônica trouxe a dimensão internacional da crise, afirmando que não se trata de uma situação específica do Brasil, mas de uma conjunção de forças e interesses políticos e econômicos, uma disputa de modelo que está colocada num contexto maior. Ela destacou o recrudescimento da violência racial, contra a mulher e a população LGBT, lembrando que o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBT no mundo, e reforçou a fala de Hemetério sobre a importância de pautar a orientação sexual. “As mulheres negras estão sendo encarceradas e criminalizadas por suas relações afetivas. Não necessariamente por estarem no tráfico, mas porque são mães, irmãs, esposas de alguém envolvido. Suas relações afetivas estão sendo criminalizadas”, denunciou.

As mulheres negras, para Mônica, são as mais atingidas pelas perdas, mas mesmo diante de um quadro de precariedades, nunca estiveram tão fortes. Ela lembrou o II Encontro das Negras Jovens Feministas como uma demonstração de força que veio na esteira da Marcha das Mulheres Negras de 2015. “A Marcha demarcou um novo patamar no movimento e o maior resultado que ela traz não é, necessariamente, o evento em Brasília. Mas, sim, nas inúmeras articulações, frentes, fóruns espalhados pelo país, e o vínculo inquebrável entre as mais antigas e as mais jovens, construído nesse processo, que gerou essa potência que somos hoje”, disse.

Os desafios agora, segundo Mônica, são: manter o movimento de mulheres nos lugares alcançados e ocupar outros; fazer uma conexão mais fina entre as agendas de luta das mulheres negras mais antigas com as das mais jovens; tornar mais real, palpável, mais vivenciadas as reflexões sobre o cuidado, a importância do afeto, o cuidado entre as mulheres negras. Por fim, ter como expectativa que a afirmação da potência das mulheres negras deve ecoar a partir da unidade na diversidade. “Estamos numa conjuntura que não permite, que nos exige essa unidade, mas essa unidade não pode ser nunca homogeneizante. Temos que descobrir como é que a gente se desafia a construir essa

unidade, considerando e respeitando todas as nossas diferenças e diversidades”, completou.

## Zaylin Powell: Semelhanças entre cubanas e brasileiras

A cubana **Zaylin Leydi Powell Castro** disse perceber grande semelhança entre as realidades da mulher negra no Brasil e em Cuba, diferenciando apenas o contexto sócio-político dos dois países. “Falar de mulher negra em Cuba é falar de preconceito racial mascarado”, disse. Ela explicou que as medidas sociais adotadas em seu país a partir da revolução de 1959, criaram uma atmosfera de igualdade no campo da saúde, educação, segurança, trabalho, entre outras áreas, que favoreceu a negação da existência do racismo. “A pessoa negra que afirma ter sofrido racismo, de vítima, passa a ser agressora”, explicou.



Zaylin falou da satisfação em participar do Fórum Permanente e declarou: “Para mim, foge da realidade da minha história de vida essa possibilidade de falar abertamente sobre o tema, de transmitir, a partir das nossas histórias de vida, diferentes epistemologias: o que é androcentrismo (tendência de se reduzir a raça humana ao termo "o homem"), ou o que é misoginia.

Em relação à questão de gênero, Zaylin disse que o debate foi iniciado com a criação de uma disciplina e dos Núcleos de Estudos sobre a Mulher nas Universidades de Santiago de Cuba e de Havana, sem, entretanto, abordar questões sobre sua inserção na política. Ela afirmou ser uma ilusão a ideia de que, sendo Cuba um país socialista, a mulher não teria problemas dentro do marco político e não existiria violência por se tratar de um país planejado nas questões sociais. “Isso é uma ilusão. Fora da realidade”, declarou.

Zaylin declarou o orgulho de compor a mesa no Fórum Permanente, destacando a presença de tantas mulheres negras feministas e fortes, capazes de contar a própria história, sem permitir que outras o façam. “E isso é muito importante, termos esse apoio de mencionar umas às outras e até nos incluir nos nossos estudos universitários, nas nossas teses sobre nós mesmas”, afirmou.

Doutoranda no Programa Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento da Ufba, Zaylin Powell é santeira e está desenvolvendo uma pesquisa sobre as Iálas. Segundo ela, o Iafismo em Cuba remete ao século XIX e trabalha com um sistema filosófico literário mitológico, que tem procedência Iorubá e é composto por 256 odús. Seu estudo consiste em uma analogia baseada na questão de gênero em Cuba e no Brasil, a partir da constatação da invisibilização da sacerdotisa no Iafá.

No mestrado, ela estudou as Yalorixás, 40 santeiras, e percebeu o quanto a mulher é invisibilizada no Iafá. “No Brasil, por coincidência também, os babalaôs não permitem que a mulher ocupe uma liderança religiosa no Iafismo, porque pensam que não tem

capacidade cognitiva para aprender os odús (para cada letra, diferentes caminhos), as plantas, oferendas, animais, propriedades etc.”, completou Zaylin, que concluiu sua fala com o poema “Rotundamente Negra”, da costariquesa Shirley Campbell Barr.

## Vicenta Camusso: Afrodescendentes do Cone Sul

A representante da Rede da Sub-Região do Cone Sul da Rede de Mulheres Afro-Latinas e Afro-Caribenha, **Vicenta Camusso**, destacou o assassinato de Marielle como uma demonstração de negação dos direitos das mulheres negras, que nunca podem participar plenamente e gozar dos seus direitos nas democracias do Cone Sul. Ela disse que as organizações afrodescendentes das mulheres negras não aparecem nas grandes discussões, nas grandes propostas da região e convidou a todas para uma análise política sobre o segmento na conjuntura que, segundo disse, está sendo silenciada pelos grandes meios de comunicação, por partidos políticos, que não dão nenhuma atenção a vida da população negra.



“Mas nós sabemos que a vida de todas e todos nós, importa”, afirmou Camusso. A região está vivendo um momento seriamente preocupante, destacando o golpe de Estado ocorrido no Brasil, o retrocesso democrático na Argentina e no Chile. No Uruguai, seu país, que é muito pequeno, onde um grupo de direita está ocupando espaços muito rapidamente e com um projeto de fundamentalismo religioso silenciosamente no estado.

“Estão ocupando um espaço silencioso, nos lugares mais pobres e vulneráveis do país e, quando falamos em pobreza no Uruguai, como em todo o Cone Sul, isso tem cor e gênero. São mulheres e são negros”, declarou.

Vicenta falou sobre problemas específicos de países do Cone Sul, afirmando que, muitas vezes, as questões mais domésticas não são retratadas na realidade da região. Ela disse que a Argentina vive uma situação de muito encarceramento e morte de imigrantes negros por eles serem negros; o Chile expulsa, mata e prende, fundamentalmente, imigrantes haitianos negros que têm chegado no país; e no Uruguai tem crescido o número de imigrantes cubanos, venezuelanos e aumentado o encarceramento de jovens negros e de mulheres negras de origem uruguaia e da diáspora.

Vicenta afirmou que por trás do ato covarde de quem acaba com vidas, há muitos covardes que fazem isso todos os dias sem hesitação, mas há também as vítimas, muitas pessoas, muitas anônimas, muitas delas que nem se sabe quem são, de onde vieram e, portanto, não se tem nem como informar à família que essa pessoa está presa ou foi violentada de alguma maneira. “Devemos ter força, valentia e não perder um minuto e pensar estratégias comuns, que nos permitam, fundamentalmente, repensar como temos articulado até

momento e como vamos articular e mobilizar mais e melhor nos próximos tempos. Afinal, somos mulheres negras, feministas e políticas e temos que juntas, desafiar autoridades para que possamos viver”, declarou.

## Paola Yañez: Querem esconder a realidade dos afro-brasileiros

**Paola Yañez** é coordenadora da Sub-região Andina da Rede de Mulheres Afro-latino e Afro-Caribenha, e diretora executiva do Centro Afro-boliviano para o Desenvolvimento Integral e Comunitário. Ela contou sobre a decepção que teve por não ver pessoas negras nos locais e atividades de uma conferência das Nações Unidas, que participou em sua primeira visita a Salvador. “Com exceção do pessoal da limpeza e alguns outros serviços, não haviam negras e negros”, declarou, dizendo que só teve contato com estas pessoas ao fugir do protocolo e ir ao centro histórico da cidade. “Os governos, as autoridades, os organizadores do evento, os municípios, convenientemente, não querem que as pessoas negras sejam vistas, nem que se saiba da realidade desses afro-brasileiros”, concluiu Yañez.



Yañez afirmou ter críticas acerca do lugar que as mulheres afrodescendentes ocupam dentro da luta do feminismo global, mais branco, nesse momento em que se está falando bastante sobre violência contra as mulheres. Em sua opinião, a campanha “me too” (mote usado no meio artístico estadunidense contra o assédio sexual) ganha outra visibilidade quando as artistas aderem ao reclame, se apropriando do debate e fazendo

desaparecer a pauta das mulheres negras.

“Eu me pergunto se nossas agendas estão realmente dentro da agenda do movimento branco? ”, questiona, afirmando que, por ter uma maioria de mulheres afrodescendentes, o Brasil se diferencia dos outros países onde a pauta das mulheres negras é invisibilizada totalmente. “Muitas mulheres brancas dentro do feminismo são racistas com as negras”, sentenciou. “Na Bolívia, nós, mulheres negras organizadas, decidimos que não iríamos marchar com as feministas brancas que se negam a incorporar nossas demandas, que se negam a reconhecer o racismo, se negam a incorporar a questão racial nas mobilizações e campanhas de combate à violência contra as mulheres”, contou.

Por fim, Yañez trouxe uma reflexão sobre o conceito de sororidade, questionando: quem sorora com quem? Até onde vai a sororidade? Em que linha se dá a sororidade? A sororidade se dá na via das mulheres negras para brancas e quando se espera a via inversa, o que acontece?

Sobre a Rede de Mulheres Afro-latino, Afro-Caribenhos e da Diáspora, Yañez informou que a entidade está chegando a um novo momento, com uma plataforma política que chega a 71 demandas. Este ano, de 10 a 14 de outubro, ela informou que será realizado o fórum e

assembleia da Rede na Colômbia. Um dos debates será em torno da triste constatação de que na Colômbia, 282 líderes sociais, a maioria negras e negros, foram assassinados entre janeiro de 2016 e fevereiro de 2018.

---

## **Creuza Oliveira: Migração de trabalhadoras domésticas**

**Creuza Oliveira**, que é secretária-geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, falou sobre a realidade da categoria no Brasil e na Colômbia, onde a maioria é composta por mulheres negras; na Bolívia, México e Peru, onde essas profissionais são indígenas. Creuza resumiu os 30 anos da luta do segmento na América Latina, informando que em 1988 foi realizado o I Encontro Internacional de Trabalhadoras Domésticas na Colômbia, ocasião em que foi criada a Confederação Latino-Americana e Caribenha de Trabalhadoras Domésticas. “Foi lá que conhecemos a realidade das trabalhadoras domésticas de outros países”, declarou.



Na 99ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho foi discutida a Convenção Internacional para as Trabalhadoras Domésticas e em 2011, na 100ª Convenção do Trabalho, em Genebra, a Convenção 199 foi ratificada por 25 países.

Segundo Creuza, a organização das trabalhadoras domésticas na América Latina e no mundo tem hoje, um novo componente: a migração. “No Brasil, chegam sem falar Português, são escravizadas, exploradas, retiradas do seio de suas famílias. Saem dos seus países em situação de guerra, situações diversas, e são trazidas para cá, traficadas por agências internacionais que, para mim, são novos navios negreiros”, declarou a sindicalista, informando que, há duas semanas, participou de uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, onde se discutiu a questão da migração e das refugiadas.

“Em maio, teremos um encontro de domésticas em São Paulo, porque é o estado que tem o maior número dessas trabalhadoras migradas do Peru, África, Chile, e que estão em situação de exploração e violência”, informou. Segundo Creuza, a situação dessas mulheres passa por diferentes níveis de desrespeito e elas não podem reclamar porque estão ilegais no país. “Então, apesar de ter ratificado a convenção, os países não legislam sobre o trabalho doméstico e, muitas vezes, essas mulheres trabalham até sem salário, como é o caso da Índia. O Brasil tem uma legislação própria para a categoria, mas permite que as empregadoras remunerem agências que trazem mulheres de fora do país para serem exploradas”, criticou.

---

## Eunice Borges: Empoderamento das mulheres negras

**Eunice Borges**, que é associada de Programas da ONU Mulheres Brasil, leu a nota do Sistema ONU sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), reconhecida como “um dos marcos da renovação da participação política das mulheres, diferenciando-se pelo caráter progressista em assuntos sociais no contexto da responsabilidade do poder legislativo local”



Eunice se declarou comovida com o depoimento de Yañez sobre sua primeira visita a Bahia. “Sou da Guiné Bissau, África, e acho que a gente só entende o racismo brasileiro estando no Brasil. Antes de vir aqui, a gente não consegue imaginar que o racismo neste país opera de uma forma tão perversa, tão excludente e tão visível, contraditoriamente, num país em que a maior parte da população é negra”, declarou.

Eunice reconheceu o momento como histórico, lembrando os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos; 30 anos do movimento de mulheres negras e de marcos relacionados ao segmento; 30 anos da Constituição brasileira; além da Década Internacional de Afrodescendentes 2015-2025, declarada pela ONU. “Se alinha a isso, a meta clara de atingir os Objetivos do

Desenvolvimento Sustentável até 2030. Para tanto, as Nações Unidas e os estados-membros se comprometeram a não deixar ninguém para trás”, afirmou. Conforme a associada, as mulheres negras e as indígenas são prioridade nesse contexto.

Eunice Borges destacou o ODS+5, a Década+5 e Beijing+20, como marcos que serão retomados nos próximos anos, com o objetivo de reforçar a pauta, redobrar o debate e colocar como tema central o empoderamento de mulheres negras e indígenas. Ela falou sobre a importância da abordagem da interseccionalidade como tema central na implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Social - ODS's e da Década de Afrodescendentes. “Não temos outra forma de fazer esse trabalho, a não ser com uma perspectiva de raça, gênero e etnia”, afirmou.

Borges destacou o protagonismo das mulheres negras brasileiras nos processos nacionais e globais, ressaltou que a Marcha de 2015 é um marco, e que hoje as mulheres não só marcham em milhares e em todo o país, como propõem um novo pacto civilizatório, o do bem viver. “Nesse contexto de conservadorismo, retrocesso de direitos, que não é só típico do Brasil, essa proposta tem uma dimensão ímpar”, disse, corroborando com a fala de outras lideranças de que a discussão da Década foi iniciada no Afro XXI, ocorrido em 2011, Ano Internacional dos Afrodescendentes, em Salvador. “Temos feito essa provocação constantemente, às mulheres negras brasileiras, de que esse protagonismo é

imprescindível para a região e para elas na diáspora, no mundo e para as africanas”, afirmou.

Eunice anunciou que o tema principal da 63ª Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres – CSW, que acontece em 2019, será Empoderamento das Mulheres Negras. “Esse processo também começou pelo Brasil, são as mulheres negras brasileiras, com o nosso apoio, que propõem esse tema. Com certeza, temos uma caminhada longa, mas no marco daquilo que são nossas referências nas Nações Unidas, e naquilo que podemos trabalhar com os estados-membros e apoiar a sociedade civil”, afirmou, lembrando a presença da diretora-executiva da ONU Mulheres, *Phumsile Mlambo Ngcuka*, na Marcha 2015 e que ela propôs o encontro global de mulheres negras para antes de 2030.

Por fim, Eunice apresentou dados da publicação anual ‘Mulheres e Meninas Afrodescendentes’, feita no marco da Década e lançada naquele ato. O estudo trata de conquistas e desafios de direitos humanos das mulheres negras e revela, por exemplo que: no Reino Unido, a minorias étnicas representam 5.8% da população, mas são 1% dos conselheiros normais; no Brasil, dos 5% de candidatos afrodescendentes que concorreram nas últimas eleições, há uma minoria nos espaços de poder e ausência absoluta de indígenas; nos Estados Unidos, não existe nenhuma senadora negra; na Colômbia, existem 18% de mulheres no congresso e uma ausência marcada de afro-colombianas; em Honduras, meninas rurais, indígenas e afrodescendentes correm muito alto risco de tráfico para exploração sexual ou trabalho forçado.

---

## Ana Paula Rosário: Mobilização de negras jovens

**Ana Paula Rosário**, da Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas, disse que o movimento está travando lutas contínuas e diárias e que o primeiro dia do Fórum Permanente trouxe depoimentos fortes, que fortaleceram o grupo. Ela destacou a fala de Wânia Sant’Anna, do Ìrohìn, que resgatou a determinação de um grupo de mulheres negras de favelas do Rio de Janeiro, barradas no III Encontro Feminista em Bertioga, Brasil, por não terem recurso para a inscrição no evento. Wânia explicou que foi justamente aquele episódio que despertou nas mulheres negras a necessidade de distinguir sua pauta da agenda das feministas brancas.



“Para além de tudo, quero referenciar minhas irmãs jovens e negras que participaram pela manhã, do ato em repúdio ao assassinato de Marielle. Foi muito fortificante a gente estar nesse ato, como corpos políticos que choraram a dor da perda de uma grande mulher negra. Uma oportunidade que tivemos de dizer, através de Alane Reis: ‘não ridicularizem a nossa dor, não façam espetáculo da nossa dor’”, declarou.

Ana Paula falou sobre a conjuntura política brasileiro, marcada pelo desmonte de programas sociais, o golpe e os enfrentamentos das jovens negras nas universidades e em outros espaços conquistados. Ela destacou a importância das alianças políticas entre jovens negras feministas de todo o país com o movimento de mulheres negras no contexto de mobilização e realização da Marcha 2015. Disse que no Nordeste foram realizados encontros

preparatórios, os grupos conseguiram mobilizar ônibus para Brasília e até hoje os resultados somam mais e mais articulações, mobilizações e construções coletivas.

Segundo Ana Paula, a participação no II Encontro de Negras Jovens Feministas em São Paulo, no ano passado, foi viabilizada de maneira colaborativa e com base na experiência de articulação da Marcha. “O resultado é que colocamos lá, 380 jovens negras de todos os estados do país, respeitando nossa diversidade de orientação sexual que também é política”, disse.

“Tivemos a maturidade de ter rodas de conversa abertas em que cada uma trouxe a sua própria roda, num processo democrático. Isso é muito importante porque, talvez, não tenhamos pensado em todos os temas na metodologia, mas criamos a possibilidade de cada uma se colocar a partir do seu lugar, da sua vivência”, explicou. Ele informou que desse encontro foi tirada uma articulação nacional de jovens negras feministas, que conta com 26 articuladoras de todos os estados. “Já sabemos o que queremos. Vamos nos articular para o III Encontro”, concluiu.

---

## PLENÁRIA FINAL

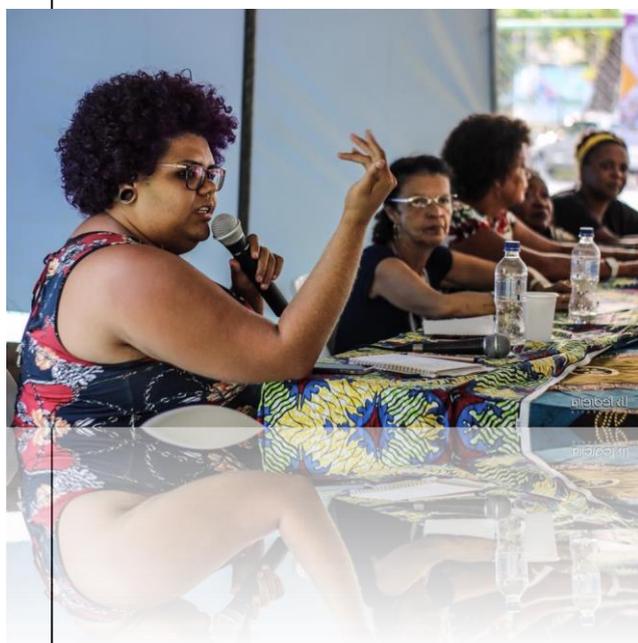
### **Goiânia sediará Encontro Nacional de Mulheres Negras em dezembro deste ano**



Em plenária coordenada por Nilza Iraci – AMNB, Regina Adami – AMNB, Ivana Leal - MNU, Creuza Oliveira - FENATRAD e Jéssica Ipólito - ANJNF, foram dados os feitos os diálogos para a realização do encontro nacional e estaduais, seguido de debate.

As participantes do Fórum Permanente de Mulheres Negras **aprovaram no dia 15 de março, por aclamação, que o Encontro Nacional de Mulheres Negras - 30 anos, será realizado no início de dezembro deste ano, sediado na cidade de Goiânia-GO.**

As reuniões preparatórias estaduais deverão acontecer até agosto próximo.



Na mesma plenária, foi deliberada a edição de uma Moção de repúdio pelo bárbaro assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ); Moção de apoio ao Movimento Negro aquilombado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e de repúdio aos atos de desrespeito ao Programa de Ações Afirmativas, de criminalização dos movimentos sociais; de uma carta de reforço ao tema “Igualdade e Empoderamento das Mulheres Negras” para a 63ª Comissão da ONU sobre a Situação das Mulheres – CSW, uma das principais instâncias de negociação e de monitoramento de compromissos internacionais sobre direitos humanos das mulheres.

O Encontro Nacional de Mulheres Negras: 30 anos, em Goiânia acontecerá 30 anos após a sua primeira edição, realizada entre os dias 2 e 4 de dezembro de 1988, na cidade de Valença, Rio de Janeiro.

Cerca de 450 lideranças negras de 19 (dezenove) estados participaram dos debates naquele encontro. A avaliação das três décadas que separam os dois encontros foi iniciada durante o Fórum Permanente de Mulheres Negras, realizado em Salvador-BA, nos dias 14 e 15 de março, no âmbito do Fórum Social Mundial 2018.

Todas rumo ao Encontro Nacional!



# Anexos

## **Moção de Repúdio Pela Bárbara Execução de Marielle Franco e pela Imediata Apuração e Punição dos Criminosos.**



**NÓS, MULHERES NEGRAS REUNIDAS NO FÓRUM PERMANENTE DE MULHERES NEGRAS: AVALIAÇÃO DOS 30 ANOS DO ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, FOMOS DURAMENTE SURPREENDIDAS E ATINGIDAS PELA BRUTAL EXECUÇÃO NA NOITE DESSA QUINTA FEIRA, DIA 14 DE MARÇO, DE MARIELLE FRANCO, MULHER NEGRA, JOVEM E A 5º VEREADORA MAIS VOTADA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.**

**VIMOS EXIGIR A IMEDIATA APURAÇÃO PELO ESTADO BRASILEIRO DESSE BARBARO CRIME, E, PUNIÇÃO DOS CRIMINOSOS E O FIM DA INTERVENÇÃO MILITAR NO RIO DE JANEIRO.**

**MARIELLE ERA UMA MULHER NEGRA CHEIA DE SONHOS, GARRA E DETERMINAÇÃO.**

**ESTAMOS ORGANIZADAS E NOS COMPROMETEMOS À VIVENCIARMOS SEUS SONHOS E INCORPARAMOS SUA GARRA E DETERMINAÇÃO ATÉ QUE O RACISMO, O SEXISMO E A LEBOSFOBIA SEJAM VENCIDAS!**

**MARIELLE, PRESENTE!!!!**

**FÓRUM PERMANENTE DE MULHERES NEGRAS NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL**

**MANIFESTAÇÃO DE APOIO AO MOVIMENTO NEGRO AKIOMBADO NA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)**

**E DE REPÚDIO**

**AOS ATOS DE DESRESPEITO AO PROGRAMA DE AÇÕES AFIRMATIVAS, DE  
CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DE NEGLIGÊNCIA COM O  
DISPOSTO NAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS E TAMBÉM AS INTERNACIONAIS  
SUBSCRITAS PELO GOVERNO BRASILEIRO**

- A Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) desrespeita o resultado do trabalho criterioso e construído coletivamente pela Comissão de Estudos da Autodeclaração, criado em face de denúncia efetuada por organização do movimento social negro sobre a existência de centenas de alunas brancas e alunos brancos que, indevidamente, se autodeclararam pretos ou pardos, a fim de ocuparem vagas destinadas a cotistas pretos e pardos.

- O **Fórum Permanente de Mulheres Negras** reunido nos dias 14 e 15 de março de 2018, durante a realização da **13ª. edição do FORUM SOCIAL MUNDIAL**, na cidade de Salvador recomenda que o REITOR DA UFRGS reconsidere sua decisão em respeito aos princípios da Política de Estado de Ações Afirmativas configuradas na Lei N.12.711/2012 e na Lei N. 13.409/2016.

Salvador, 15 de março de 2018.

FÓRUM PERMANENTE DE MULHERES NEGRAS NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

## Aplicativo une trabalhadoras domésticas para efetivação de direitos

'Laudelina' é o nome do aplicativo desenvolvido para divulgar os novos direitos das trabalhadoras domésticas e criar uma rede entre elas e seus sindicatos. A ferramenta foi apresentada pela secretária-executiva da Federação Nacional do segmento, Creuza Oliveira, no Fórum Permanente de Mulheres Negras. O aplicativo pode ser baixado na Playstore do celular, procurando por Laudelina. Tudo sobre o aplicativo pode ser visto em <http://themis.org.br/laudelina>.



A ferramenta é uma ação conjunta da Themis – Gênero, Justiça e Direitos Humanos e da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), com apoio do Prêmio Desafio de Impacto Social Google 2016. O Laudelina possui manual sobre os direitos das trabalhadoras domésticas; calculadora de salário, benefícios e demissão; listas de instituições de proteção de diferentes cidades do Brasil; e rede de contatos de trabalhadoras de uma mesma região, possibilitando a troca de informações, o fortalecimento de uma rede de apoio e facilitando a organização das trabalhadoras, inclusive sindical.

Laudelina de Campos Melo, ativista do movimento negro, criou em 1936, na cidade de Campinas-SP, a primeira associação de trabalhadoras domésticas no Brasil. Por décadas, os direitos da categoria foram muito limitados. Apenas em 2013, com a Emenda Constitucional 72, em e 2015, com a Lei Complementar 150, direitos básicos como o limite da jornada de trabalho e o pagamento de horas extras foram regulamentados.

Em 2015, o Brasil contava com mais de 6 milhões de pessoas no trabalho doméstico, das quais 92% eram mulheres e 61% negras. Mesmo com a forte discriminação, o emprego doméstico foi a fonte de renda de milhões de famílias e uma alternativa de autonomia econômica para mulheres.

#Informações extraídas do folheto de divulgação do Aplicativo Laudelina.

# **13º FÓRUM SOCIAL MUNDIAL**

## **14 E 15 / 03 2018**

### **SALVADOR BAHIA-BRASIL**

#### **ALGUNS NÚMEROS**

“Cinco dias intensos, 19 eixos temáticos, 100 caravanas, 1,2 mil voluntários(as), 2,1 mil atividades, 6 mil organizações e movimentos da sociedade civil e 80 mil pessoas, que fizeram da 13ª edição do

indígenas, o público LGBTQI+, artistas, portadores com deficiência, pescadores (as), movimentos hip hop, tiveram destaque. Se uniram também 1,2 mil voluntárias (os), que atuaram, sob a condução do Grupo Facilitador do FSM e da UFBA para atender aos participantes nos dias do Fórum.”

“O FSM reuniu mais de 6 mil participantes estrangeiros, dos cinco continentes, de 120 países. A América Latina (AL) encabeça Fórum Social Mundial 2018 (FSM), um espaço de troca de experiências, debates, protestos, encontros e reencontros, entre os dias 13 e 17 de março, em Salvador.”

“Com um público diversificado, as mulheres, as (os) jovens, a população negra, os povos de religião de matriz africana, os povos o ranking, com 3,8 mil pessoas vindas de países vizinhos do Brasil. Em seguida vem a África, com 1 mil participantes. Da Europa, 600 pessoas participaram das atividades, e 450 participantes são originários da América do Norte. As maiores delegações fora da AL, incluem Marrocos, Alemanha, França e Canadá.”

Fonte: <https://wsf2018.org/coletiva-de-imprensa-divulga-resultados-do-fsm-2018/>